



boletim do **SINTUNESP**

Março 2007

GESTÃO
SOLIDARIEDADE,
RESISTÊNCIA E
LUTA
(2006-2009)

Serra começa mandato com série de ataques à educação: veto na LDO, decretos contra a autonomia, contingenciamento de recursos

Comunidade deve responder com luta!

Nem bem tomou posse, o novo governador fez o que parecia improvável: conseguiu ir além do antecessor Geraldo Alckmin nos ataques à educação pública paulista. Logo nos primeiros dias de governo, Serra baixou uma série de decretos, sendo o primeiro deles, nº 51.460, em 1º de janeiro, para criar novas secretarias e reestruturar algumas já existentes.

As medidas apontam para um maior controle do governo sobre as universidades e sua comunidade, que tem protagonizado aguerridas greves nos últimos anos. Com mão de ferro sobre as decisões políticas, através do controle do Cruesp, e sobre a administração e as finanças das universidades, Serra pretende ir mais longe do que Alckmin. As iniciativas do tucano indicam a intenção de ampliar a oferta de cursos de baixa qualidade (mais curtos e/ou à distância), sem aumento de recursos, criando dois níveis de educação nestas instituições.

Fragmentação do ensino

O novo governador criou a Secretaria de Ensino Superior e transferiu para a sua alçada o controle das universidades, até então vinculadas à Secretaria de Ciência e Tecnologia. O Cruesp também foi para a nova Secretaria, sendo que até então integrava o Gabinete do Governador.

A Secretaria de Ciência e Tecnologia agora se chama Secretaria de Desenvolvimento e a ela passa a estar vinculado o Centro Paula Souza, que administra as escolas técnicas (ETE's) e faculdades de tecnologia (FATEC's). O ensino fundamental e médio permanece sob a tutela da Secretaria da Educação.

Essa distribuição dos níveis de ensino em três secretarias já demonstra a clara intenção de fragmentar ainda mais a educação pública, dividindo seus trabalhadores. No caso das universidades, os decretos afirmam claramente que passam para a Secretaria de Ensino Superior "os bens móveis e equipamentos, os cargos e funções-atividades, os direitos e obrigações e o acervo, relativos às atividades da Administração Direta voltadas ao ensino superior, em todos os seus níveis".

Controle financeiro

Uma das exigências do novo governo é que as universidades passem a fazer parte do SIAFEM (Sistema Integrado de Administração Financeira para Estado e Municípios do Estado de São Paulo), órgão ligado à Secretaria do Estado da Fazenda. O que poderia parecer uma medida de garantia de transparência, pois aumentaria o controle dos gastos públicos nas universidades, revela-se um grande problema. Ao contrário do que vem acontecendo desde o advento da autonomia, em 1988, as universidades não poderiam mais manusear verbas e alocar recursos para determinados setores que necessitem de verbas emergencialmente. Seus orçamentos estariam engessados.

Contratações proibidas. Mais terceirização à vista

O Decreto 51.471/07, de 2/1/2007, veda "a admissão ou contratação de pessoal no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, incluindo as autarquias, inclusive as de regime especial..." por tempo indeterminado. O decreto determina que os pedidos de concurso sejam encaminhados aos respectivos secretários de Estado para reavaliação.

A medida tende a fortalecer uma política nefasta para o serviço público, que já vem acontecendo em escala menor nas universidades: a terceirização.

Nenhuma palavra sobre financiamento

Os decretos editados pelo governador Serra não tocam numa questão essencial para as universidades e o conjunto da educação pública paulista: o financiamento. Nada é dito sobre a necessidade de garantir a continuidade da vinculação de recursos, sobre a insuficiência destes recursos, sobre o desconto da Habitação antes do repasse do percentual do ICMS às universidades, o pagamento dos aposentados com verbas da educação ativa etc.

Ataques ao ensino técnico e tecnológico

O Centro Paula Souza (Ceeteps), que administra as escolas técnicas e faculdades de tecnologia de São Paulo, é vinculado científica e pedagogicamente à Unesp. Com a alocação das universidades à Secretaria de Ensino Superior e do Ceeteps à Secretaria de Desenvolvimento (ex-Ciência e Tecnologia), essa vinculação pode deixar de existir. E isso acontece sem que o Conselho Universitário da Unesp ou o Ceeteps sejam sequer ouvidos.

Fórum das Seis indica: construir a greve unificada contra os ataques de Serra e pelo atendimento das reivindicações da data-base 2007

Reunidas nos dias 6 e 15 de março, as entidades que compõem o Fórum das Seis – entre elas, o Sintunesp – discutiram a necessidade de construir um movimento unificado em torno das principais questões que afetam a categoria atualmente, todas elas tendo como base os desmandos do governo Serra: pela revogação dos decretos que ferem a autonomia das universidades e pelo atendimento das reivindicações da data-base 2007.

Com a aprovação o orçamento de 2007 pela Assembléia Legislativa, sem recursos extras para a expansão já realizada, a situação das universidades neste ano tende a ficar mais crítica. Some-se a tudo isso o início da data-base 2007 e temos fortes motivos para nos mobilizar.

O Fórum das Seis indica a realização de assembléias até o dia 30/3, em todas as unidades, para discutir a proposta de uma greve unificada com os seguintes eixos:

1) Defesa da construção de um Sistema de Educação Pública Paulista e da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades e do Centro Paula Souza (conforme art. 207 da CF/1988):

1a) Manutenção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

1b) Não fragmentação dos diversos níveis de ensino;

1c) Revogação dos decretos do governo Serra.

2) Aumento do investimento do Estado na educação pública em geral (33% da receita total de impostos), incluindo 11,6% do ICMS para as universidades estaduais e 2,1% para o Centro Paula Souza:

2a) Dotação orçamentária específica, incluída no percentual destinado às universidades e ao Centro Paula Souza, para a consolidação da expansão de vagas já realizada;

2b) Dotação orçamentária específica para garantir políticas de permanência estudantil e sua ampliação nas universidades e no Centro Paula Souza;

2c) Contratação, por concurso público, de docentes e funcionários técnico-administrativos, objetivando a elevação da qualidade de ensino, da pesquisa e da extensão;

2d) Manutenção de isonomia salarial e da paridade salarial entre aposentados e pessoal da ativa;

2e) Adoção de políticas efetivas do Estado no combate a sonegação, corrupção e evasão fiscal.

3) Criação de melhores condições de salário, trabalho acadêmico e de inserção social para as universidades estaduais e o Centro Paula Souza, por meio de:

3a) Definição do índice de reajuste salarial (*duas propostas em debate*):

I – recuperar o poder aquisitivo dos salários de maio de 2001; o reajuste necessário – estimado no momento pelo ICV-DIEESE – é de 6,91% (já incluídos os 3,38% correspondentes ao período abril/06 a abril/07);

II - R\$ 200,00 + 3,38% de forma a cobrir a inflação de abril/06 a abril/07;

3b) Revogação das políticas que terceirizam e precarizam o trabalho;

3c) Democratização da estrutura de poder nas universidades estaduais e no Centro Paula Souza.

3d) Preservação da vinculação dos Hospitais Universitários com a universidade, aprimorando seu caráter público, revertendo toda a forma de privatização e apropriação privada de sua capacidade instalada, exigindo financiamento público adequado para o seu funcionamento, mantendo-os como importante instrumento da qualidade de ensino, pesquisa e extensão.